

GLOBALIZAÇÃO DA AGRICULTURA: MULTINACIONAIS NO CAMPO BRASILEIRO

AGRICULTURE GLOBALIZATION: FIELD MULTINATIONALS IN BRAZIL

Gleydson Pinheiro Albano¹; Alcindo José de Sá²

¹ Professor Assistente do departamento de Geografia da UFRN - Caicó e aluno de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. gleydson_albano@hotmail.com

² Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. Alcindo@ufpe.br

Artigo recebido em 06/11/2010 e aceito em 03/04/2011

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo fazer uma análise do momento atual da globalização da agricultura no Brasil dando ênfase ao papel das multinacionais. Para isso, se divide o trabalho em questão em dois momentos: no primeiro será tratado a Revolução Verde, onde começa a haver, sob a égide dos organismos supranacionais e sob o controle do Estado Autoritário, uma intensificação da atuação das multinacionais fornecedoras de insumos, implementos agrícolas, etc; no segundo momento, a Liberalização do Comércio, que é o panorama que se apresenta nos dias atuais, onde o Estado, sob pressão de órgãos supranacionais, desregulamenta e liberaliza o setor agrícola e proporciona o aumento da vinda de grandes grupos multinacionais do agronegócio mundial para o Brasil. É nesse momento atual que se tem o principal foco, onde se analisaram três setores para mostrar a inserção dos grupos multinacionais no Brasil. São eles: a soja, que hoje é o setor que mais tem influência no agronegócio nacional e nas exportações; o açúcar, em que o Brasil é o maior exportador mundial e já tem uma tradição centenária no setor; e por último o setor de banana, que nos últimos anos através da atuação de multinacionais o país começa a se destacar nas exportações. O referencial que foi utilizado foi baseado na literatura acerca da globalização da agricultura, multinacionais e as fusões e aquisições recentes. A pesquisa foi realizada com base em fontes documentais, livros, periódicos e entrevistas e internet. Foi feita uma pesquisa em sites e artigos especializados na temática da globalização e das multinacionais do ramo de soja, açúcar e banana, junto com pesquisa no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Palavras-chave: multinacionais, Globalização da agricultura, campo

ABSTRACT

This study aimed to make a review of the current moment of globalization of agriculture in Brazil with emphasis on the role of multinationals. For this, we divide the work in question in two stages: the first time will be treated to the Green Revolution, which begins to be under the auspices of supranational bodies and under the control of authoritarian rule, an intensification of the actions of multinational suppliers of inputs, agricultural implements, etc., in the second stage, the Liberalization of Trade, which is the moment that presents itself today, where the state, under pressure from supranational bodies, deregulate and liberalize the agricultural sector and provides the increased arrival of large groups multinational agribusiness world to Brazil. It is at this moment has been the main focus, where three sections were analyzed to show the inclusion of multinational corporations in Brazil. They are: soybeans, which today is the sector that has most influence in agribusiness and exports; sugar, in which Brazil is the largest exporter in the world and already has a century-old tradition in the industry, and finally the banana sector that in recent years through the activities of the multinational country begins to shine in exports. The benchmark used was based on the literature about the globalization of agriculture, and multinational mergers and acquisitions recently. The research was based on documentary sources, books, journals and interviews, and internet. A search on websites and specialized articles on the topic of globalization and the multinationals of soy, sugar and bananas, along with research in the Ministry of Development, Industry and Foreign Trade.

Keywords: multinationals, Globalization of Agriculture, rural

INTRODUÇÃO

A atuação das empresas multinacionais no campo nos remete ao período colonial, onde por intermédio das metrópoles, as mesmas tinham a concessão de atuar em várias áreas coloniais pelo mundo afora. Temos um exemplo claro, que é a atuação da Companhia das Índias Ocidentais (empresa multinacional de capital misto), que já no século XVII atuava no Brasil na época da invasão holandesa no Nordeste brasileiro.

Essas empresas inicialmente compravam matérias-primas e alimentos das colônias que eram necessárias ao crescimento contínuo do capitalismo e da industrialização nas metrópoles.

Para atingir esse objetivo,

[...]as autoridades coloniais tinham que conceder uma mudança na produção de safras de alimentos básicos de subsistência para a produção de safras comerciais para o mercado internacional, e substituir o que é geralmente chamado de economia “natural” de sociedades não industriais pela economia “monetária” das sociedades industriais (SKLAIR, 1995, p.127).

Isto sem dúvida leva hoje a um enriquecimento de grupos rurais e urbanos

específicos no mundo subdesenvolvido, aqueles que se adaptavam com sucesso as demandas mutáveis do mercado global; mas isto também resultou na perda da auto-suficiência original de muitos países subdesenvolvidos e em sua dependência de alimentos importados dos países desenvolvidos.

Nesse trabalho, se tem como objetivo observar e analisar como atuam as multinacionais na construção do processo de globalização da agricultura no Brasil. Para isso, o trabalho em questão está dividido em dois momentos: no primeiro momento será tratado a **Revolução Verde**, onde começa a haver, sob a égide dos organismos supranacionais e sob o controle do Estado Autoritário, uma intensificação da atuação das multinacionais fornecedoras de insumos, implementos agrícolas, etc; no segundo momento, a **Liberalização do Comércio**, que é o momento que se apresenta nos dias atuais, onde o Estado, sob pressão de órgãos supranacionais, desregulamenta e liberaliza o setor agrícola e proporciona o aumento da vinda de grandes grupos multinacionais do agronegócio mundial para o Brasil. É nesse momento atual o principal foco, onde se analisaram três setores para mostrar a inserção dos grupos multinacionais no Brasil. São eles: a soja, que hoje é o setor que mais tem influência no agronegócio nacional e nas

exportações; o açúcar, em que o Brasil é o maior exportador mundial e já tem uma tradição centenária no setor; e por último o setor de banana, que nos últimos anos através da atuação de multinacionais o país começa a se destacar nas exportações.

REVOLUÇÃO VERDE

Nos anos 1960 há uma intensificação da atuação das multinacionais em todo o mundo agrícola, seja ele desenvolvido ou subdesenvolvido. Essa intensificação vai acontecer a partir do surgimento da Revolução Verde.

A Revolução Verde, que se iniciou nos países desenvolvidos e depois atingiu o mundo subdesenvolvido, se baseava em uma mudança radical nas técnicas utilizadas na agricultura. Essa mudança se orquestrará principalmente na agricultura dos países subdesenvolvidos. Shiva (2003) retrata bem a mudança ocasionada pela Revolução Verde no mundo subdesenvolvido.

Na agricultura nativa, por exemplo, os sistemas de cultivo incluem uma relação simbiótica entre solo, água, plantas e animais domésticos. A agricultura da Revolução Verde substitui essa integração no nível da propriedade rural pela integração de insumos como as

sementes e os produtos químicos (SHIVA, 2003, p.56).

A Revolução Verde com a adição de produtos químicos, insumos e variedades de sementes estrangeiras (que vão ser utilizadas em monoculturas em larga escala) não só vai gerar vulnerabilidade ecológica com a redução da diversidade genética e a desestabilização dos sistemas do solo e da água, como também vai impulsionar a dependência das empresas multinacionais produtoras de veículos, máquinas e implementos agrícolas, defensivos agrícolas e de sementes dentre outras.

Essas empresas multinacionais vão receber ajuda do Banco Mundial, que em 1970 cria o Grupo de Consultoria Internacional de Pesquisa Agrícola (GCIPA), que vai desenvolver sementes para os países subdesenvolvidos. Essas sementes desenvolvidas pelo GCIPA, para se desenvolver vão depender de fertilizantes, pesticidas e máquinas produzidas por conglomerados de grandes empresas multinacionais, criando assim uma relação de dependência entre os países subdesenvolvidos e as empresas multinacionais (SHIVA, 2003, p.102).

No Brasil, observa-se que inicialmente, que essa modernização ocasionada pela Revolução Verde se concentra nos estados do Centro-Sul do país e principalmente nas grandes propriedades contando com o

profundo envolvimento do Estado Brasileiro com o fornecimento de crédito não só para a compra de tratores e outros bens de capital produzidos pelas empresas multinacionais, mas também para as produções voltadas para a exportação, como a soja, óleos vegetais, sucos e frutas, carnes de aves e bovinos (MAZZALI, 2000, p.22).

Vai ocorrer também no Brasil por parte do Estado Autoritário, uma política de incentivos fiscais aos capitais que incrementavam a exportação de produtos agro-industriais. Além da ajuda de órgãos de pesquisa do governo, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), para trazer inovações biológicas principalmente voltadas para os produtos que estavam na pauta de exportações.

LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO

No último quarto do século XX o crescimento do comércio internacional foi muito rápido, isso aconteceu devido as sucessivas rodadas de liberalização comercial empreendidas pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt), (posteriormente a Organização Mundial do Comércio) e também pelas pressões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A liberalização do comércio é um elemento central dos Programas de Ajuste Estrutural (PAEs) em cuja implementação o Banco Mundial e o FMI insistem como condição para os países subdesenvolvidos receberem ajuda financeira, perdão da dívida e investimento.

O Banco e o FMI propuseram os PAEs em 1980, quando muitos países em desenvolvimento atravessavam uma profunda recessão ocasionada, em parte, por fatores fora do seu controle, e estavam com grande endividamento com os órgãos internacionais. Foi o caso do Brasil e de vários países subdesenvolvidos, que em 1980 estavam com uma elevada dívida externa e precisavam de ajuda do FMI e do Banco Mundial para quitar os débitos (MADELEY, 2003).

Para receber a ajuda financeira os países subdesenvolvidos tinham que por em prática, por pressão do FMI e do Banco Mundial, os PAEs. Um PAE típico implicava na liberalização do comércio, redução do gasto com programas sociais (saúde, educação), eliminação de subsídios à alimentação e aumento dos preços pagos a produtores de culturas para o mercado externo.

Com o oferecimento de maiores preços por produtos para exportação, torna-se mais interessante a compra de terras por parte

das empresas multinacionais e fazendeiros de maior porte e mais abastados. Ou seja, com a implementação dos PAEs, se tem uma maior entrada de multinacionais nos países subdesenvolvidos para produzir produtos de exportação e também se tem uma desvalorização dos produtos de subsistência levando muitos pequenos agricultores a vender suas terras para as multinacionais e migrar para a cidade a procura de melhorias.

Em 1986 começa a Rodada Uruguai do Gatt. Essa Rodada terminou em 1993 com vários acordos, dos quais sobressai o Acordo sobre Agricultura. A Rodada Uruguai também resultou na criação da Organização Mundial do Comércio.

O Acordo sobre Agricultura cobre três áreas principais – acesso aos mercados, subsídios à exportação e apoio doméstico à agricultura.

Esse acordo contribui de forma efetiva para a liberalização do comércio e conseqüentemente para a entrada de grandes grupos multinacionais em países subdesenvolvidos.

O Acordo sobre Agricultura estipula uma diminuição de tarifas sobre alimentos importados, estipula também uma diminuição de subsídios à exportação outorgados aos produtores agrícolas. Nesse sentido, Madeley (2003, p.69) ressalta que

[...]o acordo estabelece que os países não poderão aumentar a

sua proteção ao setor agrícola acima do nível que já existia antes de 1993. Os países industrializados que já arcavam com altos níveis de proteção podem mantê-los, mas os países em desenvolvimento não podem elevar seus níveis.

Como decorrência desse Acordo, se constata que a liberalização do comércio nos países subdesenvolvidos trouxe um enorme surto de importação (mas não um aumento das exportações), devido à diminuição de tarifas sobre alimentos importados, expulsando milhões de trabalhadores rurais e concentrando a propriedade da terra nas mãos de poucos grupos, muitos deles multinacionais. A concentração da propriedade da terra leva essas empresas a controlarem cada vez mais extensões maiores de terra.

Segundo o referido autor, com o Acordo da Rodada Uruguai sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRINS), se tem uma mudança radical na ajuda que os governos poderiam dar as empresas nacionais, uma vez que este [...]acordo impede os governos de concederem tratamento especial a empresas nacionais; investidores estrangeiros devem receber o

mesmo tratamento. Os governos também não podem exigir que investidores estrangeiros usem mão-de-obra local[...] Segundo a acordo TRINS[...] um governo não pode, por exemplo, determinar que um hotel pertencente a estrangeiros compre gêneros alimentícios de produção nacional. O hotel tem liberdade para comprar todo o produto alimentício de fora do país (MADELEY, 2003, p.71).

Esses acordos internacionais no âmbito da OMC e as pressões do Banco Mundial e do FMI intensificam políticas comerciais que privilegiam as exportações. Um exemplo disso é que nos últimos vinte anos houve um maciço crescimento de frutas, hortaliças e até flores da América Latina para os Estados Unidos, devido à agricultura não tradicional ser mais lucrativa. Porém, a situação é controlada por grandes proprietários de terras, ricos investidores e companhias estrangeiras. Empresas de maior porte acumularam terras onde plantam produtos exportáveis, enquanto agricultores mais pobres foram expelidos do mercado e deslocados para terras marginais. No Brasil, temos como exemplo disso a Soja na região Centro-Oeste e a fruticultura irrigada nos vales férteis do Nordeste.

Como resultado desses acordos e também de uma dívida pública elevada, o Estado Brasileiro desregulamentou rapidamente o mercado agrícola, diminuiu drasticamente os recursos para o financiamento agrícola e para o apoio tecnológico. Isso aconteceu a partir do Governo Collor em 1990 com uma desregulamentação do setor agrícola com a extinção de vários institutos setoriais, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente, dando sequência às reformas liberais iniciadas por Collor em 1990. Vale ressaltar, que dentre as reformas, algumas medidas para desregulamentar os fluxos de capital internacional foram realizadas, proporcionando-lhe maior liberdade. São exemplos disso a extinção de restrições quanto ao prazo mínimo de carência e diversificação de aplicações e eliminação ou redução à participação de capital estrangeiro em vários setores outrora regulamentados; como mineração, petróleo, telecomunicações, transportes, açúcar e álcool.

Com esse novo ambiente, mutável e incerto da atuação do Estado Brasileiro, as empresas agrícolas traçaram novas estratégias frente a um ambiente turbulento. Além da atuação frouxa do Estado Brasileiro, as empresas agrícolas se deparavam também com o intenso ritmo

das mudanças tecnológicas (biotecnologia, microeletrônica e Pesquisa e Desenvolvimento) decorrentes da intensificação da globalização no campo, que gera incerteza em relação à tecnologia e suas inovações. Também se tinha incerteza em relação à demanda, devido à complexidade de conhecimento de um mercado globalizado (MAZZALI, 2000). Uma das estratégias mais utilizadas pelas grandes empresas agrícolas brasileiras frente a esse ambiente turbulento foi a intensificação das fusões e aquisições com as multinacionais, além das associações estratégicas com as mesmas. Assunto esse, que se abordará no item seguinte.

MULTINACIONAIS AGRÍCOLAS NO BRASIL HOJE

O processo recente de fusões e aquisições envolvendo as multinacionais no campo brasileiro não é obra do acaso. A série de reformas neoliberais dos anos 90, a estabilidade de preços ocasionada pelo Plano Real, às altas taxas de crescimento do consumo logo após sua implantação, além do programa de privatização erigido no mesmo período atraíram o capital externo ao país. A intensificação dos investimentos externos diretos deveu-se também às estratégias de integração em redes globais de comércio das multinacionais, a partir do aproveitamento

de dinâmicas distintas de crescimento e rentabilidade, visto que, ao contrário dos países desenvolvidos, onde as taxas de crescimento são estáveis, os países emergentes apresentam “boom” de consumo.

Nesse trabalho se analisará o crescimento da atuação de empresas multinacionais em setores chaves da economia agrícola. Foram escolhidos três setores para desenvolver nossa análise: a **soja**, em que atualmente o Brasil é o maior exportador mundial desse produto; o **açúcar**, que atualmente o Brasil é também o maior produtor e exportador mundial; e a **banana**, em que hoje se tem um recente crescimento puxado pela entrada de novas multinacionais no setor.

a) Soja

A soja é originária da China, onde foi inicialmente domesticada e usada como remédio e adubo verde. Sua introdução no Brasil é feita por Gustavo Dutra, na Bahia, em 1882, e por Daffert, em 1892, no Instituto Agrônomo de Campinas, em São Paulo. O primeiro registro de cultivo da soja no Brasil data de 1914, no município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul. Mas, foi somente a partir da década de 1960, impulsionada pela política de subsídios governamentais ao trigo visando auto-suficiência, que a soja se estabeleceu

como cultura economicamente importante, com o binômio soja (verão) e trigo (inverno) e revolucionou a agricultura do Rio Grande do Sul (REIFSCHNEIDER, et al, 2010).

Com a intensificação do cultivo da soja na década de 1970, emergem grandes cooperativas no Rio Grande do Sul, como a Citrijuí (hoje Cooperativa Agropecuária & Industrial Ltda), que hoje também atua na fabricação de rações, industrialização de cereais, moinho e frigorífico (REIFSCHNEIDER, et al, 2010).

Com o desbravamento dos cerrados brasileiros pela soja de forma mais intensa na década de 1980, principalmente no estado do Mato Grosso, o Brasil passa a se destacar no cenário mundial.

O volume da produção do Brasil e sua condição de maior *player* mundial no comércio da soja atraíram para o país as grandes *tradings* (multinacionais) durante a década de 1990, que hoje dominam grande parte desse comércio no território nacional.

A produção mundial de grãos de soja tem crescido à taxa de 3,7% a.a. nos últimos anos, partindo de 103 milhões de toneladas na safra de 1987/88 e chegando aos 154,7

milhões de toneladas na safra de 1997/98 (PAULA; FAVERET FILHO, 2004).

A produção, tanto de grãos como de derivados, tem apresentado crescimentos sucessivos, sendo que os grãos experimentaram oscilações maiores em algumas safras, especialmente as de 1995 e 1997, enquanto a produção de farelo e óleo mostrou um crescimento estável.

Estados Unidos, Brasil, Argentina e China lideram a produção mundial de soja, respondendo, na média, por 88% do total produzido. Até a safra de 1988/89 a China era a terceira maior produtora mundial, posição que passou a alternar com a Argentina a partir da safra seguinte.

No Brasil, nos últimos anos se tem um crescimento contínuo da exportação do complexo soja fazendo do país o maior exportador mundial dessa *comoditie*. O complexo soja é composto por três produtos: soja em grão, farelo de soja e óleo de soja. Segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, nos últimos dez anos ocorreu um crescimento gigantesco das exportações do complexo soja, passando de 3 bilhões e 768 milhões de dólares em 1999 para mais de 17 bilhões de dólares em 2009 (ver Gráfico 1) (ABIOVE, 2011).

Gráfico 1 – Exportações do complexo soja (1999-2009) Brasil.



Fonte: ABIOVE (2011).

No Brasil, em termos regionais, é significativo o crescimento da produção e da produtividade no Estado do Mato Grosso, que assumiu, na safra de 1995/96, a posição de segundo maior produtor brasileiro de soja e, em 1996/97, foi detentor da maior produtividade nacional, com 2.730 kg/ha, em média, frente a uma média nacional de 2.406 kg/ha. Tecnologia, terras planas e regularidade climática explicam a liderança na produtividade e o crescimento da produção. Nesse Estado, as grandes multinacionais como a **Bunge** e **Cargill** chegaram em 1996 e 1997, respectivamente, e compraram unidades de armazenagem, entre outras coisas, dominando grande parte da cadeia produtiva do complexo soja. Hoje, a Bunge só no estado do Mato Grosso, o

maior produtor e exportador de soja do país, exporta mais de 50 milhões de dólares só nas unidades de Rondonópolis, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Campos de Julio, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Nova Mutum, Primavera do Leste e Querência, de acordo com dados da Secretária de Comércio Exterior em 2009 (SECEX, 2011).

A Bunge é uma empresa multinacional que iniciou suas atividades em 1818, em Amsterdã, Holanda, como comercializadora de grãos e de produtos importados das colônias holandesas. A Bunge chega ao Brasil, em 1905, quando compra o Moinho Santista Indústrias Gerais, em Santos-SP. Foi o início de uma rápida expansão no País adquirindo diversas empresas nos mais variados ramos, como o alimentício, *agribusiness*,

químico, têxtil entre outros. No final dos anos 1990, com a compra da Ceval, e outras empresas da cadeia da soja, a empresa se verticaliza por completo na área agrícola, fabricando desde os insumos para a agricultura, como fertilizantes até os produtos industrializados derivados de suas fazendas, como margarinas e também

atuando no transporte marítimo dos produtos para exportação, além de outros ramos conforme demonstra o quadro 1 (BUNGE, 2011).

A empresa tem a propriedade das seguintes marcas no Brasil:

Quadro 1 - Produtos da Bunge no Brasil (2011)

TIPOS DE PRODUTOS	MARCAS	
Fertilizantes	- IAP - Serrana	- Manah - Ouro Verde
Margarinas	- Delícia - Cukin - Salada	- Primor - Soya - Cyclus - Ricca
Óleos	- Soya - Primor - Cocinero - Azeite Soleada	- Salada - Azeite Andorinha - Cyclus
Farinhas	- Flor - Jangada	- Suprema - Lyra
Misturas para bolos e salgados	- Pré-mescla	
Proteína Texturizada de Soja	- Soya Maxten	
Maioneses	- Salada	- Soya
Arroz	- Cukin	
<i>Food Service</i> para confeitaria, panificação e refeição (empresas)	- Bunge Pro	

Fonte: BUNGE (2011)

Além disso, a empresa está presente em todas as áreas de produção de soja do país,

desde o Mato Grosso, maior área atualmente; passando pelo Rio Grande do

Sul, o berço da cultura de soja; pelo Paraná, segundo maior produtor; pela Bahia, estado que se desenvolveu o pólo agroindustrial de Barreiras, onde se localiza praticamente toda a produção de soja do estado; Mato Grosso do Sul e no cerrado de Goiás; Balsas no Maranhão e

mais recentemente no sudoeste do Piauí. No quadro a seguir podemos ter uma ideia mais clara não só das atividades da Bunge ligadas à cadeia de soja, como também de atividades ligadas ao transporte e também a outras *comodities*.

Quadro 2 – Localização espacial da atuação da Bunge no Brasil.

TIPO DE PRODUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	
Industrialização do Trigo	- Recife (PE) - Rio de Janeiro (RJ) - Brasília (DF) - Canoas (RS)	- Santos (SP) - Ponta Grossa (PR) - Joinville (SC)
Fábricas de Margarinas e Maionese	- Ipojuca (PE)	- São Paulo (SP) - Gaspar (SC)
Fábricas de Massas	- Cabedelo (PB)	- São José dos Campos (SP)
Produção de lecitinas	- Luís Eduardo Magalhães (BA)	
Industrialização de soja	- Ponta Grossa (PR) - Luziânia (GO) - Rondonópolis (MT) - Dourados (MS) - Uruçuí (PI)	- Rio Grande (RS) - Campo Grande (MS) - Luis Eduardo Magalhães (BA) - Passo Fundo (RS)
Estrutura Portuária (Soja)	- Paranaguá (PR) - Ilhéus (BA) - Vitória (ES) - São Luís (MA)	- São Francisco do Sul(SC) - Rio Grande (RS) - Santos (SP)
Estrutura Portuária (Trigo)	- Paranaguá (PR) - Porto Alegre (RS)	- Santos (SP) - São Francisco do Sul(SC)

Refino de óleos e produção de gorduras	- Gaspar (SC) - Luis Eduardo Magalhães (BA)	- Ipojuca (Suape) (PE) - Luziânia (GO)
Unidades Misturadoras de NPK Adubos a base de - Nitrogênio (N), - Potássio (K) - Fósforo (P)	- Canoas (RS) - Rio Grande (RS) - Cubatão (SP) - Jaú (SP) - São Luís (MA) - Luís Eduardo Magalhães (BA) - Uberaba (MG) - Alfenas (MG) - Congonhal (MG) - Cascavel (PR) - Catalão (GO)	- São João do Manhuaçu (MG) - Limeira (SP) - Ponta Grossa (PR) - Cambé (PR) - Imbituba (SC) - Anápolis (GO) - Barcarena (PA) - Bom Jesus de Goiás (GO) - Patos de Minas (MG) - Rondonópolis (MT)
Mineração	- Araxá – (MG)	- Cajati (SP)

Fonte: BUNGE (2011)

Além das duas gigantes multinacionais – também *tradings companies* - presentes na cadeia produtiva da soja, notamos também a presença e o aumento de poder de outras *tradings companies*, multinacionais especializadas na compra e distribuição não só de soja, mas também de outras *commodities* agrícolas. Essas empresas adquiriram **esmagadoras** de soja, que são utilizadas para o beneficiamento da soja, reforçando o seu poder no beneficiamento da *commodity*. É o caso do grupo Coinbra/Dreyfus e ADM (PAULA; FAVERET FILHO, 2004).

Com a compra de esmagadoras de soja e o fechamento de outras por causa da concorrência das multinacionais, a participação das quatro maiores indústrias sobe para 46,5% na área de esmagadoras de soja, sendo que, das quatro *tradings* (Bunge, ADM, Cargill e Dreyfus), só a Bunge, a partir da transferência da área de soja da Santista, passou a ser responsável por 28,3% (PAULA; FAVERET FILHO, 2004).

O domínio das grandes *tradings* internacionais sobre o parque industrial da soja e, conseqüentemente, sobre o comércio exterior do complexo parece

determinado pela competição internacional e pela logística da distribuição.

A concentração na área do refino de óleos não é muito diferente do que ocorre no setor de esmagamento, embora o número de empresas que trabalham com refino seja menor: 47 refinadoras contra 67 esmagadoras. As quatro maiores refinadoras detêm 46% da capacidade instalada, parcela estável entre 1995 e 1997. As *tradings* concentram 34,2%, participação menor que no setor de esmagamento, e a Bunge sozinha detém 28,3%.(PAULA; FAVERET FILHO, 2004).

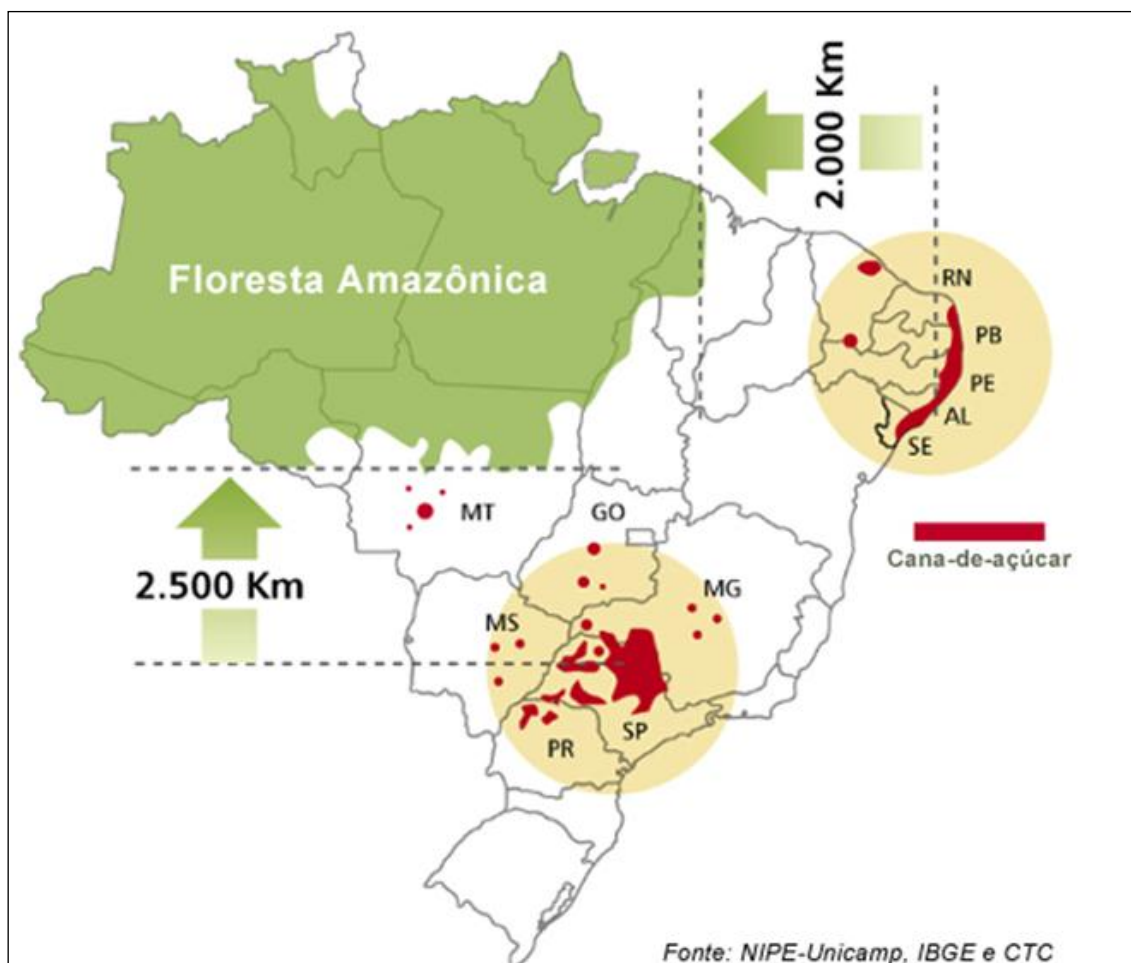
Com base nesses dados acima, nota-se que um pequeno grupo de multinacionais, chefiados pela Bunge e a Cargill, passam a ter controle sobre aproximadamente metade do beneficiamento da soja, além de ter um controle muito maior na exportação da mesma para o exterior, já que essas empresas possuem uma infra-estrutura gigantesca de logística e comercialização a nível mundial. Essa concentração nas mãos dessas multinacionais se intensificou justamente no período da liberalização comercial brasileira, que aconteceu na década de 1990.

b) Açúcar

A cana-de-açúcar que chegou ao Brasil durante o período colonial é originária da Índia e foi introduzida no Brasil por Martin Afonso de Souza em 1532 em seu primeiro engenho de açúcar na capitania de São Vicente. Souza em livro de 1851 (1851, p.96) relata que a Vila de São Vicente foi a “...primeira que se fez assucar na costa do Brazil (sic)”. Em 1587 os engenhos de açúcar já estavam espalhados pelo Brasil, com destaque para os engenhos de Olinda, que já são relatados ao número de 50 por Souza (1851). Essa região no início do século XVII já é considerada por muitos historiadores a maior área de produção de cana-de-açúcar do mundo.

O Brasil hoje é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo, com 602 milhões de toneladas na safra 2009/2010, seguido de longe pelo segundo colocado, a Índia, com 171 milhões de toneladas. O país tem mais de 300 usinas e 150 grupos e se configura hoje também como um dos maiores produtores de etanol do mundo. A produção nacional de cana-de-açúcar se concentra na maior parte em São Paulo, parte da região Centro-Oeste e zona da mata da região Nordeste (COSAN, 2011) (ver Figura 1).

Figura 1 - Área da produção de cana-de-açúcar e etanol no Brasil (2010)

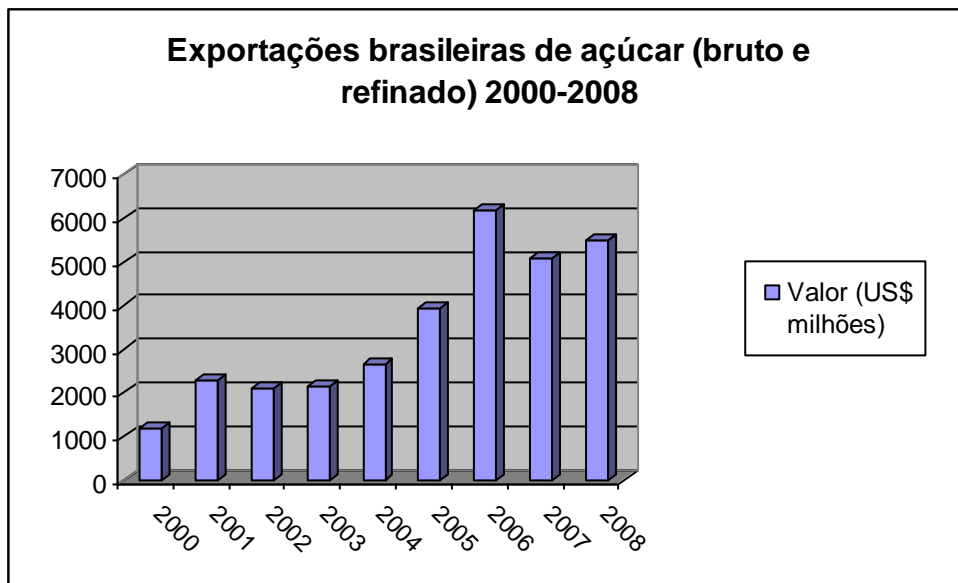


.Fonte: UNICA (2011).

Dados estatísticos da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA, 2011), confirmam o crescimento contínuo, não só da produção de cana, mas também das exportações que passaram de

aproximadamente 1 bilhão e 200 milhões de dólares em 2000 para quase 5 bilhões e meio em 2008 em plena crise mundial, chegando em 2006 a mais de 6 bilhões de dólares em exportações (ver Gráfico 2).

Gráfico 2 – Exportações brasileiras de açúcar (bruto e refinado) 2000-2008.

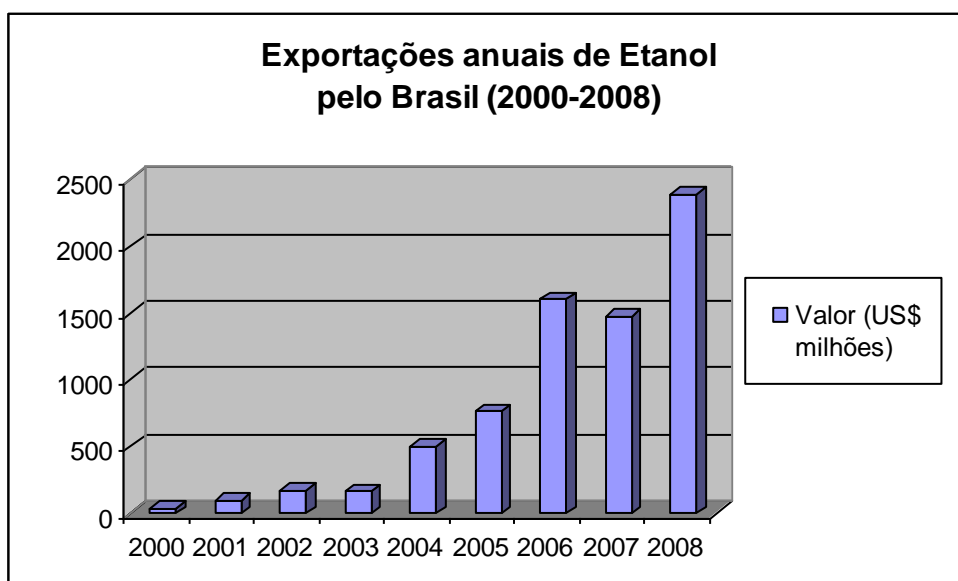


Fonte: UNICA (2011).

Com relação à produção de etanol, as exportações brasileiras tiveram um aumento explosivo, com as novas políticas públicas para a adição de biocombustíveis e etanol na gasolina em muitos países,

abriu-se um mercado gigantesco para o etanol brasileiro, que passou de 34 milhões em exportações no ano de 2000 para quase 2 bilhões e 400 em 2008 (ver Gráfico 3).

Gráfico 3 – Exportações anuais de Etanol pelo Brasil (2000-2008).



Fonte: UNICA (2011).

Esse aumento de exportações de açúcar e principalmente de etanol no contexto atual vão se juntar com as políticas de flexibilização e desregulamentação do setor sucroalcooleiro brasileiro implementadas nos governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso na década de 1990. Nesse contexto, o Brasil se torna extremamente atraente para as grandes multinacionais, que passam a entrar no setor por meio de compras, fusões e *joint ventures* com empresas nacionais.

Segundo Camussi e Guedes (2004), para poder analisar os fatores que levaram os capitais multinacionais a escolher o Brasil como foco recente de IED cabe, antes, comparar o atual contexto do setor sucroalcooleiro dos quatro principais produtores:

- a) Austrália. País amplamente regulamentado pelo Estado, possui mercado interno pequeno, tornando-se, desta forma, dependente do mercado internacional de açúcar; além disso não utiliza nem desenvolve a tecnologia do álcool;
- b) EUA. Possuem forte intervenção estatal e o setor é dominado por grandes corporações locais;
- c) Índia. É altamente regulamentada e protegida, além disso, as produções agrícolas e industriais são caracterizadas por baixa incorporação do progresso técnico;

d) Brasil. Possui mercado desregulamentado, disponibilidade de terras para a expansão do cultivo de matérias-primas, menor custo mundial de produção, mão-de-obra barata, custo zero de energia de co-geração, menores obrigações ambientais e sociais e, principalmente, mercado interno que absorve 75% da produção de cana.

Segundo Camussi e Guedes (2004), observa-se também no Brasil a possibilidade de atuar no maior mercado exportador mundial de açúcar e ainda poder atender os tradicionais clientes europeus (gigantes do setor alimentício como Nestlé, Danone e Parmalat, por exemplo). Desta forma o país configurou-se como a melhor opção mundial para a ampliação do campo de atuação de várias multinacionais, como Bunge Dreyfus dentre outras.

Outra questão apurada diz respeito à opção pela região Centro-Sul e em especial ao Estado de São Paulo (ver Figura 1). Dentre os principais elementos analisados como condicionantes da opção pelo Estado de São Paulo pode-se citar o fato do mesmo ser o mais representativo para o setor sucroalcooleiro, com moagem e produção superior a 50% dos índices nacionais. Explica-se assim a opção pelo Brasil e, dentro dele, o estado de São Paulo (CAMUSSI E GUEDES, 2004).

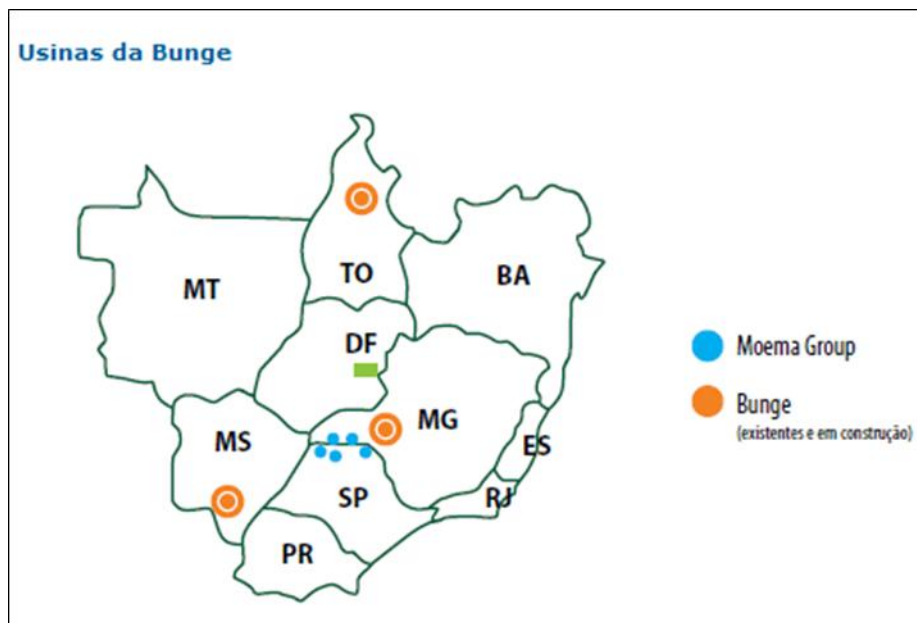
No momento atual se tem a atuação de dois tipos de multinacionais interessadas no setor sucroalcooleiro:

- O primeiro grupo se configura em grandes petrolíferas em busca do mercado de etanol. Segundo reportagem publicada em janeiro de 2011 na revista Globo Rural (2011), somente no ano de 2010, 4 grandes petrolíferas entraram no mercado brasileiro por meio de fusões e aquisições, são elas a Shell, Total, BP e Petrobras. A mesma reportagem cita estudo da UNICA que mostra que nos próximos 5 anos 40% da produção brasileira de etanol estará nas mãos de grupos estrangeiros.
- O segundo grupo se configura em grandes multinacionais agrícolas,

principalmente a **Bunge** e a **Louis Dreyfus**, que nos últimos 10 anos tem comprado de forma agressiva usinas de cana e etanol no Brasil.

A Bunge entra de forma agressiva no mercado de açúcar e bioenergia em 2006, comercializando açúcar, em 2007 compra a usina Santa Juliana em Minas Gerais, em 2008 compra o controle majoritário da usina Monteverde (MS) e inicia a construção de uma usina no Tocantins. Em 2009/2010 compra Moema Group e suas 5 usinas se estabelecendo na safra 2010/2011 como o 4º maior grupo no mercado de açúcar brasileiro (BUNGE, 2011) (ver Figura 2 e Figura 4).

Figura 2: Usinas de cana-de-açúcar da Bunge no Brasil (2011)



Fonte: BUNGE (2011).

Figura 3: Unidades processadoras de cana da Louis Dreyfus Commodities no Brasil (2010).



Fonte: LDCOMODITIES (2011)

Figura 4 – Participação de mercado de açúcar no Brasil



Fonte: COSAN (2011)

A Franco Inglesa Louis Dreyfus Comoditties é uma grande multinacional que atua desde 1851 no mercado

internacional de commodities agrícolas. Hoje, essa multinacional atua com grãos, oleaginosas, é uma das três maiores

produtoras de suco de laranja do mundo. Atua também com algodão e açúcar, sendo uma das três principais *tradings* de açúcar no mundo; Também negocia e tem fazendas de Café e Coco. Além disso, também atua no refino de Petróleo, eletricidade, tem várias empresas de transporte marítimo, além de ter associações na construção de hotéis e *resorts*, como o *Four Seasons Hotels and Resorts*. O grupo também tem investimentos na telefonia, fibras ópticas (LDCOMODITIES, 2011).

No Brasil, a Louis Dreyfus Commodities se expandiu rapidamente nos últimos 10 anos no mercado de açúcar e bioenergia, adquirindo unidades processadoras de cana em três regiões do país, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste (ver Figura 3).

A atuação da Dreyfus Commodities no mercado de açúcar e bioenergia no Brasil começa em 2000 via aquisições, com a compra da usina Cresciumal em SP; em 2001 compra a usina Luciânia em Lagoa de Prata (MG); em 2004 compra a usina São Carlos em Jaboticabal (SP); em 2006 começa a construção da usina Rio Brilhante no MS; em 2007 compra as usinas de açúcar e etanol do grupo Tavares de Melo, consolidando sua participação no mercado nacional e internacional com usinas no Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Paraíba; por fim em 2009 faz uma associação com a Santelisa Vale

passando a ter 13 usinas e capacidade de processamento de 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (LDCOMODITIES, 2011) (ver figura 3).

Com isso, a multinacional Louis Dreyfus se consolida como a 2ª empresa em participação do mercado de açúcar no Brasil, com 6,1%, ficando atrás somente da maior empresa de cana do mundo, que é brasileira, o grupo Cosan, com 9,1% do mercado (COSAN, 2011) (ver figura 4).

c) Banana

A banana, segundo Dan Koepfel, é cultivada há mais de 7000 anos. A mesma começa a sofrer transformações pelas mãos humanas, passando de um cultivar selvagem para um alimento básico e sendo plantado em perímetros fechados desde 3000 anos atrás, como atesta a descoberta de vestígios de plantações de bananas na vila Kuk Swamp em Papua Nova Guiné. Após isso, por todo o sudeste asiático – como Malásia, China e até a Índia, a banana deixa de ser selvagem para ser um alimento de primeira necessidade (KOEPEL, 2008).

Segundo dados da UNCTAD (2009), a banana tem sua origem nas florestas do Sudeste Asiático, nas florestas da Malásia, Indonésia e Filipinas e sua difusão por toda a Ásia se deu através da ação humana migratória.

Através de Alexandre, o Grande, e sua campanha que atingiu a Índia em 325 a.C, os primeiros europeus ficaram sabendo da existência dessa fruta. A banana chegou à África através da ação dos árabes e seu comércio com o norte daquele continente. Mas, só com o início da globalização, com as grandes navegações, é que a banana vai chegar ao continente americano e ao Brasil, graças à ação dos conquistadores portugueses e espanhóis. Em 1516 através do Padre Friar Tomás de Bragança as bananas foram transportadas pela primeira vez das Ilhas

Canárias para a Ilha de Santo Domingo (atual República Dominicana) (UNCTAD, 2009; KOEPEL, 2008).

A banana hoje é a fruta mais consumida no mundo, faz parte da dieta alimentar de bilhões de pessoas, indo desde as tribos africanas até as famílias abastadas da Europa, Japão e Estados Unidos.

Além disso, em se tratando da exportação mundial de alimentos, a banana se insere entre os alimentos mais comercializados do mundo, ao lado do trigo, da soja, do milho, do arroz e do açúcar (FAOSTAT, 2009) (ver Quadro 3).

Quadro 3 - Ranking dos produtos agrícolas mais exportados no mundo - 2006

Produto	Milhões de Toneladas
1 - Trigo	126
2 - Milho	95
3 - Soja	58
4 - Açúcar	26
5 - Arroz	25
6 - Banana	16

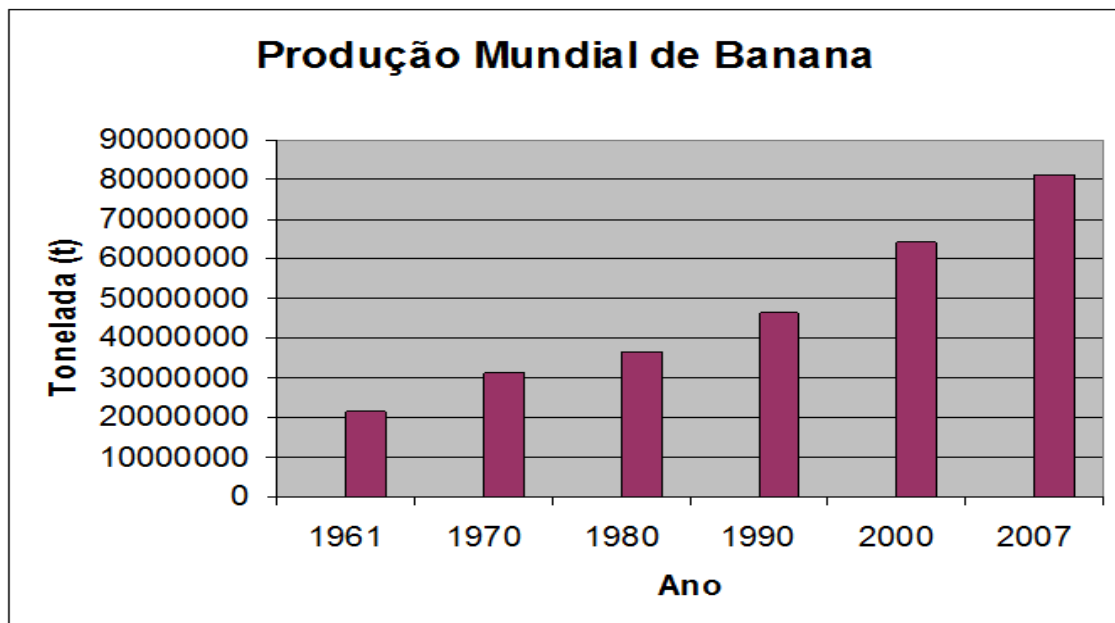
Fonte: FAOSTAT (2009).

O crescimento da produção de banana mundial é contínuo já há décadas, segundo demonstram dados atualizados do departamento de estatísticas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAOSTAT (2009) (ver Gráfico 4). Essa produção é

dominada nos dias atuais principalmente pela Índia com mais de 21 milhões de toneladas, sendo seguida pela China e Brasil. Somente esses três países concentram quase metade da produção de bananas do mundo. Os mesmos têm sua

produção, em quase sua totalidade, voltada para o mercado interno.

Gráfico 4 – Produção Mundial de Banana (1961-2007)



Fonte: FAOSTAT (2009)

Apesar de o Brasil figurar como um dos maiores produtores de banana do mundo, a banana brasileira só se insere no processo de globalização plenamente a partir de 1993, com a chegada no país da multinacional *Del Monte Fresh Produce*, uma das maiores multinacionais de exportação de banana e frutas do mundo.

A *Del Monte Fresh Produce* tem seu principal centro administrativo nas Ilhas Cayman, na sua capital George Town, tendo como nome de registro oficial “*Fresh Delmonte Produce Inc*” e como nome de registro comercial “*Del Monte Fresh Produce Company*”. Seu principal escritório nos EUA se localiza em Coral Glabes no estado da Flórida. (NASDAQ, 2005).

Essa Empresa apresenta como multinacional que é algumas poucas características que estão em conformidade com a tendência atual da produção flexível de efetivar terceirizações, parcerias, *joint-ventures*, como coloca Castells (2002), não fazendo com que ocorra a “desintegração vertical da produção em uma rede de empresas, processo que substitui a integração vertical de departamentos dentro da mesma estrutura empresarial” (CASTELLS, 2002, p. 215). Atualmente, ela investe principalmente, em um processo de compra, incorporações e verticalização intensiva altamente centralizada, que reforça muito mais a integração vertical em todos os setores da Empresa, contrariando assim parte da

teoria sobre a flexibilização e o pós-fordismo (CASTELLS, 2002).

A *Del Monte Fresh Produce* tem todas as características citadas por Corrêa (1991) de uma empresa multinacional, tais como: a ampla escala de operações, com a manipulação de grandes quantidades de matérias-primas e manufaturadas; a natureza multifuncional, com um intensivo processo de horizontalização e verticalização, com o controle desde fazendas de frutas, seu transporte por caminhões e navios refrigerados, terminais aduaneiros e seu beneficiamento até a comercialização nos mercados desenvolvidos; múltiplas localizações com subsidiárias espalhadas por todo o mundo em vários continentes; e enorme poder de pressão econômica e política na OMC e no Governo Americano, devido ter sua sede na Flórida (Estados Unidos), sendo a maior empresa desse estado americano, inclusive, mantendo relações próximas

com a família Bush, de modo a um irmão de George Bush Filho (ex-presidente dos Estados Unidos) fazer parte da sua diretoria na Flórida (TRIGAUX, 2003).

Essa Multinacional também tem todas as características próprias de grandes multinacionais do Setor Frutícola, citadas por Gómez (1999): possui terra e adquire produções de vários países do mundo; especializa-se em produtos de elevado valor, como frutas e vegetais frescos, fruta tropical; abastece os mercados com uma ampla oferta de produtos; etiqueta todos os produtos, utilizando somente uma marca; encontra-se verticalmente integrada, oferecendo ampla gama de serviços, desde o cultivo direto ou contrato com os agricultores, financiamento, colheita, embalagem, frete e comercialização; além de possuir capacidade de coordenar sua estratégia de mercado para a linha completa de seus produtos em escala mundial.

Quadro 4 - Fluxograma do processo produtivo de frutas da *Del Monte Fresh Produce*

Produção	Transporte	Distribuição e/ou Industrialização	Consumo
- Fazendas próprias (principalmente na banana). - Fazendas de plantadores independentes com assistência	- Caminhões próprios refrigerados e navios próprios refrigerados.	- Centros de distribuição próprios. - Industrialização própria para sucos, saladas...	- Supermercados e Grandes redes multinacionais, como o <i>Wal Mart</i> .

técnica			
Localização			
- Brasil - Camarões - Costa Rica - Chile...		- Estados Unidos - Europa - Japão, China e Coréia do Sul...	

Fonte: *Del Monte Annual Report 2005* (2008), *Del Monte Annual Report 2006* (2008), *Del Monte Fresh Produce* (2008), *Bananalink* (2009).

Pode-se observar claramente essas características no Quadro 4, que mostra o fluxograma do processo produtivo de frutas da Multinacional. Nesse quadro, observa-se que a *Del Monte Fresh Produce* tem um elevado nível de verticalização, desde a produção, na sua maioria processada pelas fazendas próprias, passando pelo transporte nos seus próprios caminhões refrigerados e navios refrigerados que levam as frutas dos lugares mais distantes do mundo para o mercado americano e europeu, principalmente. Uma vez nesses mercados, a Multinacional dispõe de uma rede gigantesca de distribuição própria, além de fábricas próprias para a industrialização de parte das frutas frescas no continente europeu.

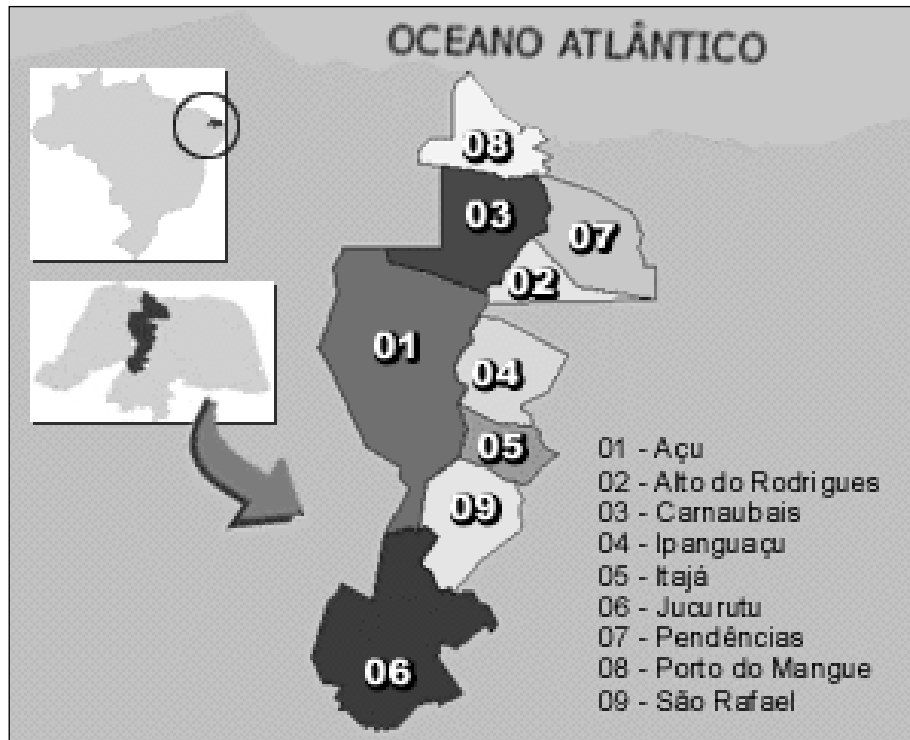
Essa multinacional se insere no Brasil, em um vale fértil do semi-árido nordestino, o Vale do Açu, no estado do Rio Grande do Norte (ver Figura 5), em 1993, quando ocorre no Brasil um processo de liberalização do comércio, que vai se

intensificar nesse mesmo ano, com a emergência da OMC, com o término das negociações da Rodada Uruguai e com a pressão do FMI, como já foi observado anteriormente.

Vale relembrar que o Brasil foi um dos países signatários da OMC e um dos participantes do Acordo sobre a Agricultura da Rodada Uruguai, que liberalizou a produção e o comércio agrícola em todo o Mundo, com mais intensidade nos Países Subdesenvolvidos.

A partir desse momento, as bananas do semi-árido nordestino entram no circuito global da produção da *Del Monte Fresh Produce* (ver Quadro 5). O Vale do Açu passou a se inserir na estrutura da Multinacional como mais um grande centro produtor de frutas, no caso, de bananas, especificamente fornecidas para o mercado do Reino Unido em um acordo de exclusividade com a maior multinacional do mundo: a rede de varejo americana *Wal Mart* (BANANALINK, 2009).

Figura 5 - Microrregião do Vale do Açu-RN



Fonte: Webcarta.net. (2007)

Quadro 5 - Estrutura locacional de produção e distribuição da *Del Monte Fresh Produce* em que o Vale do Açu se insere

Produção	Transporte	Distribuição	Consumo
- Fazendas Próprias da <i>Del Monte</i>	- Caminhões refrigerados próprios e navios refrigerados próprios	- Centro de Distribuição Próprio	- Contrato exclusivo com a gigante multinacional de varejo <i>Wal Mart</i>
Localização			
- Brasil – Vale do Açu (RN) - Açu - Carnaubais - Ipanguaçu	- Porto de Fortaleza - Porto de Natal	- Reino Unido	- Reino Unido

Fonte: Pesquisa de campo, *Bananalink* (2009), *Del Monte Annual Report 2006* (2008).

A partir desse contexto, o estado do Rio Grande do Norte vai ser alçado, por causa das fazendas da *Del Monte Fresh Produce*,

a ser o maior exportador de bananas do país, a frente de estados tradicionais como São Paulo e Santa Catarina.

Considerações Finais

Na década de 1990 e na primeira década do século XXI, nota-se claramente nos três setores estudados (soja, açúcar e banana) que há uma intensificação do capital multinacional nessas áreas.

Essa intensificação acontece principalmente pela completa desregulamentação do agrobusiness brasileiro por parte dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. Ambos seguem o que estava determinado na Rodada Uruguaí da OMC, a flexibilização e desregulamentação da área agrícola, tratamento igual ao dado as empresas nacionais para as corporações multinacionais, redução dos impostos de importação, dentre outros.

Constata-se que as corporações multinacionais que estão atuando no Brasil, nesses quatro setores, tem características em comum. Todas são empresas altamente **verticalizadas**, com negócios desde a fabricação de insumos, como fertilizantes, passando por fazendas próprias, industrialização do produto e transporte do produto para os mercados consumidores internacionais. Algumas empresas além de vender suas *comodities* no mercado externo ainda vendem seus produtos industrializados no mercado interno e atuam de forma **horizontal** nesse mercado, sendo proprietários de várias

marcas. É o caso da Bunge que possui a propriedade de várias marcas de margarina, óleos...

Todas as empresas pesquisadas nesses ramos, também tinham uma **diversificação** de atividades impressionantes. Algumas, como a Bunge atuavam não só com *comodities* agrícolas, mas também na área de energia e mineração com a propriedade de várias minas. O que se observa também com relação a essas grandes multinacionais é uma diversificação que atinge sempre a área de **energia**. Não só a *Bunge*, mas também a, *Del Monte*, *Dreyfus* atuavam também na área energética, mais especificamente com derivados de petróleo.

Por fim, observa-se que essas grandes corporações multinacionais estão rapidamente crescendo no Brasil, inclusive em áreas de fronteira agrícola. Um exemplo claro disso é a Bunge, que já alcançou com seus tentáculos a última fronteira agrícola da soja, o sudoeste do Piauí.

REFERÊNCIAS

ABIOVE. Disponível em: <<http://www.abiove.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

BANANALINK. 2009. Disponível em: <<http://www.bananalink.org.uk>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

- BUNGE. Disponível em: <<http://www.bunge.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2011.
- CAMUSSI, R.; GUEDES, S. N. R.. **Segunda “onda” do capital estrangeiro na agroindústria canavieira brasileira: as estratégias do ied francês.** Disponível em: <www.unimep.br/fgn/economia/agroind_canaviera.doc>. Acesso em: 20 jan.2004.
- CASTELLS, M.. **A sociedade em rede.** 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CONSAN. Disponível em: <<http://www.cosan.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2011.
- CORRÊA, R. L. Corporação e Espaço: uma nota. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.53, n.1, p.137-145, jan./mar. 1991.
- DEL MONTE ANNUAL REPORT 2005. Disponível em: <<http://www.delmontefresh.com>>. Acesso em: 3 jan. 2008.
- DEL MONTE ANNUAL REPORT 2006. Disponível em: <<http://www.delmontefresh.com>>. Acesso em: 3 jan. 2008.
- DEL MONTE FRESH PRODUCE. 2008. Disponível em: <<http://www.delmontefresh.com>>. Acesso em: 3 jan. 2008.
- FAOSTAT. 2009. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/default.aspx>>. Acesso em: 11 mar. 2009.
- GLOBO RURAL. São Paulo, n.303, jan. 2011.
- GÓMES, S.. Exportação de Frutas Chilenas: reflexões sociológicas sobre uma experiência (madura?). In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999. p.171-220.
- LDCOMMODITIES. Disponível em: <<http://www.ldcommodities.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2011.
- KOEPPEL, D. B.: **The fate of the fruit changed the world.** New York: Hudson Street Press, 2008.
- MADELEY, J.. **O comércio da fome.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 231p.
- MAZZALI, L.. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”.** São Paulo: UNESP, 2000. 175p.
- NASDAQ. 2005. Disponível em: <<http://www.nasdaq.com>>. Acesso em 10 jun. 2005.
- PAULA, R. R. de; FAVERET FILHO, P.. **Panorama do Complexo Soja.** BNDS. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set804.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2004.
- REIFSCHNEIDER, Francisco José Becker, ET AL. **Novos ângulos da história da agricultura no Brasil.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2010.
- SECEX. Disponível em: <www.mdic.gov.br/comext/secex/secex.html>. Acesso em 20 jan. 2011.
- SHIVA, V.. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Gaia, 2003.
- SKLAIR, L.. **Sociologia do Sistema Global.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- SOUZA, G. S. de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/>

1918/01720400#page/2/mode/1up>.
Acesso em: 20 jan. 2011.

TRIGAUX, R.. **Another suspect deal, another Bush brother in the mix.** St. Petersburg Times, 3 de jan. de 2003.
Disponível em
<http://www.sptimes.com/2003/01/03/Columns/Another_suspect_deal_.shtml>.
Acesso em 10 jun. 2005.

UNCTAD. Disponível em:
<<http://www.unctad.org/infocomm/anglis/banana/sitemap.htm>>. Acesso em 11 mar. 2009.

UNICA. Disponível em:
<<http://www.unica.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2011.
